

Breve Introdução a Jeffrey Alexander

Antonio Brasil Jr. e Marcelo de Oliveira

Antonio Brasil Jr.

é professor adjunto de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: antoniobrasiljr@gmail.com

Marcelo de Oliveira

é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: marcelo.socius@gmail.com

Não é mera formalidade dizer que Jeffrey Alexander dispensa apresentações. Para o leitor brasileiro, seus artigos sobre “A importância dos clássicos” (1999) e sobre “O novo movimento teórico” (1988), além dos quatro volumes de *Theoretical Logic in Sociology* (1982-3), constituem uma referência incontornável em cursos de teoria sociológica e nas discussões mais gerais sobre a história da disciplina e seus dilemas constitutivos. Embora reconhecido como um dos principais nomes da sociologia contemporânea, ainda insistimos em ler, por uma série de razões, sua produção da década de 1980. Com isto, perdemos de vista seus textos mais recentes, que têm redefinido não só sua própria agenda teórica e de investigação empírica mas também levantado uma série de questões desafiadoras para o cenário atual, seja em termos analíticos como normativos.

Parte destas questões tivemos a oportunidade de discutir com o Prof. Alexander, em 22 de novembro do ano passado, quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro. Longe de pretendermos, nesta brevíssima introdução, reconstituir de modo detalhado o conjunto mais significativo de sua obra desde o início do séc. XXI, quando Alexander explicita seu programa “forte” de uma sociologia cultural, buscamos aqui somente situar o leitor nos principais problemas que ele vem enfrentando nos últimos dez ou quinze anos.

Muito embora o “programa forte” da sociologia cultural seja formulado não apenas como uma ruptura em relação aos investimentos neofuncionalistas, que marcam a fase anterior da obra de Alexander, mas também como uma crítica acerba a toda sorte de investimentos teóricos dispostos a conceber a cultura como “variável dependente”, para usar uma linguagem forjada nas fileiras do positivismo; não seria correto, contudo, afirmar que tal ruptura tenha se processado, na trajetória intelectual do autor, como uma espécie de raio que despenca de um céu azul. Antes, idas e vindas, permeadas por uma certa indecisão conceitual, marcaram as etapas da formação do “programa forte” até que a noção de autonomia relativa da cultura pudesse adquirir contornos claros e decisivos — atingindo uma certa irreversibilidade que caracteriza a formação de um programa.

É possível encontrar ecos dessas idas e vindas nas palavras do próprio Alexander, ao comentar esse período de transição, numa entrevista concedida a Carballo et al e dedicada especialmente ao tema da sociologia cultural: “Em 1993 fui a Paris passar o ano acadêmico e estive no grupo de Alain Touraine. Esse ano decidi que não poderia seguir trabalhando ao mesmo tempo com o neofuncionalismo e com o programa cultural. [...] Dei-me conta de que havia chegado o momento de desenvolver publicamente minhas dúvidas de uma maneira coerente. Tal foi o livro *Neofunctionalism and After*, (ALEXANDER, 1998), no qual reuni meus ensaios sobre neofuncionalismo junto com uma introdução e uma conclusão que explicavam minhas razões para deixar de seguir trabalhando nesse programa. Uma dessas razões era o cultural.” (In: CARBALLO et al, publicada em *European Journal of Social Theory* [vol.11, num. 4, 2008, pp 523, tradução e grifos meus).

Portanto, para uma boa compreensão dessa “virada cultural” que está na origem do “programa forte”, cumpre, nos limites dessa breve introdução, fazer uma pequena digressão em torno do conceito de cultura tal qual se apresenta na obra de Jeffrey Alexander, sobretudo após a sua ruptura com o neofuncionalismo. Pois se de uma maneira ou de outra, a tradição sociológica usualmente tratou de fenômenos que, bem ou mal, poderiam ser caracterizados como culturais, é justamente através da singularidade da sua abordagem do “cultural” que o “programa forte” libera todo o seu volume, nesse terreno aparentemente batido. Dessa maneira, para Alexander, voltar-se para o cultural, ou mesmo para cultura, não significa buscar uma dimensão fenomênica visando reportá-la a algo exterior que teria, então, a prerrogativa explicativa do funcionamento da própria cultura.

Ao invés de procurar os princípios explicativos da cultura em uma dimensão exterior à própria cultura, o autor propõe que tratemos “o cultural” como assentamentos estruturados de significados (structured sets of meaning) que conformam um horizonte emotivo e significativo, no qual a ação se materializa. Em outras palavras, isso implica na afirmação e no reconhecimento da autonomia relativa da cultura frente a outras dimensões como estrutura, classe, poder e etc.

No entanto, desse primeiro axioma — isto é, da autonomia relativa da cultura — o “programa forte da sociologia cultural” desdobra, ainda, dois outros postulados. Pois se, “a ideia da sociologia cultural gira em torno da intuição de que a cultura opera como uma variável independente na conformação de ações e instituições” (ALEXANDER, 2003, p.12 tradução minha) para desdobrar essa intuição através de um programa, dois procedimentos auxiliares, ou operacionais, se mostraram necessários.

O primeiro deles, refere-se à substituição das descrições superficiais que reduzem a análise cultural ao cotejamento de descrições, no mais das vezes, abstratas, tais como valores, ideologia ou fetichismo, por exemplo, por uma reconstrução hermenêutica dos textos sociais, de forma rica e persuasiva. É necessário, afirma o “programa forte”, uma descrição densa, à Geertz, dos códigos, narrativas e símbolos que constituem as redes de significado.

Já o segundo postulado reflete o compromisso do “programa forte” com a pesquisa empírica e traz à baila toda uma crítica à concepção de causalidade que opera no interior de programas que se baseiam em lógicas sistêmicas abstratas (como o estruturalismo, por exemplo). Mesmo afirmando que a cultura ao mesmo tempo em que constrange parcialmente a ação, a torna possível — permitindo a reprodução e a transformação da estrutura — contudo, “o programa forte” em nenhum momento cede à tentação de reificar a cultura na qualidade de um sistema dotado de uma lógica abstrata; antes, “se esforça para ancorar a causalidade nos atores e agências (actors and agencies) próximos, especificando em detalhe como a cultura interfere no que realmente acontece” (ALEXANDER, 2003).

Essas são, portanto, as balizas que sustentam o “programa forte da sociologia cultural”. A intuição geral em torno da autonomia relativa da cultura, é articulada pelo autor com os outros dois postulados, isto é, o postulado da descrição densa e o postulado da ancoragem da causalidade em atores ou agências próximas. Com isso o programa está montado, mas uma ou duas palavras ainda precisam ser ditas no que se refere à relação entre cultura e estrutura no interior do “programa forte”. Embora Alexander se recuse a pensar que a estrutura social determina o funcionamento da cultura, isso não significa que a ênfase no significado venha obliterar a atenção do analista no que se refere aos grandes contextos. Afinal, “estes contextos são tratados [no interior do programa forte], com efeito, não como forças em si mesmas que determinam, em última instância, o conteúdo e a significação dos

textos culturais; antes, são considerados como instituições e processos que refratam os textos culturais de forma significativa. São arenas nas quais as forças culturais combinam ou colidem com condições materiais e interesses racionais para produzir resultados específicos.” (ALEXANDER, 2003, p. 26, tradução minha)

348

Esse tipo de tratamento dos fenômenos sociais — afinal a sociologia cultural é muito mais um tipo de abordagem do que um interesse temático — reflete-se nos mais recentes trabalhos do autor. Nesse sentido, a teoria do trauma, exposta em *Trauma: A Social Theory*, não é outra coisa senão a abordagem de traumas coletivos, a partir do arsenal teórico e conceitual fornecido pela sociologia cultural. O que interessa a Alexander não é propriamente o evento traumático experienciado pelo indivíduo — tão bem explorados pela psicanálise, assim como pelos recentes trabalhos sobre teoria do reconhecimento. Antes, o que parece constituir o foco da análise de Jeffrey Alexander recai propriamente na construção coletiva do trauma, sobretudo, enquanto construção simbólica. Rejeitando, de outro lado, abordagens materialistas e pragmáticas — sem, contudo, desconsiderar a dimensão material e pragmática do trauma — Alexander pretende centrar foco nos modos pelos quais as forças materiais, assim como os cálculos estratégicos “são crucialmente mediados pelas representações simbólicas do sofrimento social”. Dessa maneira, mais do que uma abordagem realista da experiência traumática, o que interessa a Alexander é propriamente a construção cultural e coletiva do trauma. Nesse sentido, relegando a dimensão do sofrimento individual perante o trauma aos cuidados da ética e da psicologia, Alexander prefere ajustar as suas lentes analíticas visando compreender os mecanismos através dos quais um grupo elabora o seu sofrimento enquanto trauma. Assim a análise é deslocada dos princípios de autorrelação prática, característicos de certas abordagens psicanalíticas, para a análise de rituais, discursos, peças de teatro, filmes e similares capazes de vigorar como construções simbólicas aptas a elaborar a transformação do sofrimento individual em trauma coletivo.

Se a virada cultural de Alexander colocava noutra patamar as relações entre cultura e estrutura social, sua outra guinada teórica o possibilitou repensar o lugar da ação simbólica. Refiro-me aos seus trabalhos sobre a noção de performance, que ganhou a primeira sistematização no artigo “Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy”, publicado em livro organizado pelo próprio autor, *Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual* (2006). Neste texto, Alexander procura desenvolver uma análise da performance apropriada a uma ordem social moderna, marcada por grande complexidade social e contingência da ação. Deslocando a ênfase habitual dos estudos sobre performance sobre a ação ritual, típica de sociedades simples, o desafio a que ele se propõe é teorizar um maior espaço de contingência entre representações coletivas, textos encenados, atores, cenários e audiências das performances. No lugar da relativa “fusão” que estes diferentes elementos da performance simbólica conheceriam em sociedades fundadas na ação ritual, Alexander assinala que, com o avanço da diferenciação social, haveria cada vez mais mediações necessárias ao êxito performativo, tornando-o improvável.

Neste sentido, a centralidade das estruturas culturais não cancelaria o caráter criativo e instável da vida social, muito pelo contrário. O poder dos códigos culturais seria cronicamente dependente dos modos pelos quais são “performados” pelos atores, que podem obter êxito ou não em capturar a atenção e a emoção de suas audiências. Esta separação entre atores e audiências, isto é, entre quem age e quem observa a ação, expressaria o conflito de perspectivas e de interesses inerente às sociedades complexas. As audiências, potencialmente céticas e distanciadas dos atores — seja por estilos de vida conflitantes, por clivagens étnicas ou regionais ou mesmo por relações de exploração e de dominação —, teriam a possibilidade de criticar cada um dos aspectos da performance.

No entanto, a improbabilidade do sucesso das performances na modernidade não significaria sua impossibilidade. Aliás, Alexander tem feito justamente destas situações de “tipo ritual” [*ritual-like*], em que os atores conseguem com relativo êxito projetar seus dramas sociais para extensas audiências, o foco de suas análises empíricas. Movimentos sociais, campanhas eleitorais e mobilizações para a guerra (ALEXANDER, 2000, 2006, 2010 e 2014) têm chamado a atenção do autor não só porque envolvem interesses materiais poderosos, mas porque necessitam igualmente de intenso trabalho social-dramático, sem o qual não conseguiriam convencer as audiências em relação à “autenticidade” e “verossimilhança” de suas narrativas culturais. Ao encenarem *scripts* de acordo com as narrativas de salvação da esfera civil — nós, os “cidadãos”, contra os “inimigos” da democracia e da liberdade, *plot* comum nas guerras antiterror, por exemplo (Idem, 2011)—, os atores, se tiverem êxito, poderão capturar a atenção e a emoção das audiências, energizando a vida social e abrindo espaço para mudanças.

A novidade, portanto, da sociologia política que Alexander constrói a partir de sua virada cultural e da introdução da noção de performance é que ele leva a sério a autonomização das audiências — ou, nos nossos termos mais usuais, da cidadania. Os atores sociais, mesmo os mais poderosos, teriam o desafio permanente de “performar” o poder, que nunca está garantido em si mesmo — não é possível calcular inteiramente como reagirão as audiências. Elas podem se identificar, reagir violentamente ou simplesmente ignorar a narrativa posta em cena. Além disso, em sociedades complexas, nenhuma “refusão” seria capaz de durar indefinidamente ou de alcançar o conjunto das audiências, haja vista a pluralidade de visões de mundo e de interesses sociais. Para Alexander, a existência de contraperformances e de contra-audiências é um fato incontornável da vida social moderna, imprimindo-lhe forte instabilidade, contingência e dinamismo. Neste registro, a crítica às performances, em todas os âmbitos e esferas sociais, incluindo as dos grupos no poder, é onipresente e representa um fator considerável de democratização das relações sociais (Idem, 2011).

Por fim, não podemos deixar de mencionar que a sociologia de Alexander também tem sido crucial para inserir na agenda teórica da disciplina a noção de esfera civil, dimensão social que seria marcada por laços horizontais de solidariedade e dotada de recursos institucionais e culturais próprios. O modo pelo qual o autor concebe a relação da esfera civil com as demais esferas sociais A definição simbólica do “cidadão” pressupõe a construção simultânea do “inimigo”, isto é, dos grupos que colocariam em risco valores sagrados da esfera civil — uma solidariedade plenamente inclusiva, nestes termos, não seria possível. Assim, os riscos à democracia não surgiriam apenas da “colonização” da “esfera civil” pelas lógicas sistêmicas das esferas não-civis do mercado e da política, mas também poderia haver a possibilidade inversa: a “colonização” das práticas econômicas ou das formas de dominação política pelo binarismo “cidadão”/“inimigo”, constitutivo do discurso civil. As relações entre esferas civis e não-civis, portanto, não poderiam ser deduzidas de antemão, mas investigadas em detalhe nos processos históricos específicos.

Desse modo, Alexander também vira pelo avesso o conceito de comunidade societária [*societal community*], de Talcott Parsons, de quem parcialmente descende sua formulação teórica da esfera civil. Em vez de uma teleologia evolucionária — e das expectativas concomitantes de plena inclusão civil e convivência harmoniosa entre solidariedade, autoridade e mercado —, Alexander explora justamente, em perspectiva crítica, as tensões e contradições entre as diferentes esferas da sociedade moderna (Idem, 2013). Em seu esquema analítico, estas relações podem ser destrutivas, facilitadoras ou mesmo propiciar o reparo civil e o avanço na espiral da universalização. Não haveria um sentido unívoco

nas transformações da sociedade moderna, igualmente capaz de liberar imensas energias emancipatórias e de engendrar as mais terríveis opressões (Idem, 2006).

350

Cite este Artigo

BRASIL JUNIOR, Antonio; OLIVEIRA, Marcelo de. Breve introdução a Jeffrey Alexander. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol.5, N.2, pp. 345–350, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, J. C. *Theoretical logic in sociology*. (4 vols.). Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1982-1983.

_____. "O novo movimento teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 2, nº. 4, São Paulo, junho, 1987.

_____. *Fin de siècle social theory: relativism, reduction and the problem of reason*. New York: Verso, 1995.

_____. "A importância dos clássicos". In: Giddens, A. & Turner, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. *Sociología cultural: clasificación en sociedades complejas*. Barcelona: Anthropos, 2000.

_____. "Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy". In: ____.; Giesen, B.; Mast, J. (Orgs.) *Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual*. New York: Cambridge University Press, 2006.

_____. *The civil sphere*. New York: Oxford University Press, 2006.

_____. *The performance of politics: Obama's victory and the democratic struggle for power*. New York: Oxford University Press, 2010.

_____. *Performance and power*. Cambridge, UK: Polity, 2011.

_____. *The dark side of modernity*. Cambridge, UK: Polity, 2013.

_____. & Jaworsky, B. *Obama power*. Cambridge, UK: Polity, 2014.